ESTATUINTE UFC: CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO SETORIAL DE SOBRAL

TÍTULO I

UNIVERSIDADE

ARTIGO 3º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Incluir na alínea c) a menção sobre Campi e Institutos no final do texto:

c) regimentos específicos, que complementarão o Regimento Geral nos aspectos relativos ao funcionamento dos colegiados superiores, à definição e objetivos dos órgãos administrativos que integram a Reitoria e às características próprias dos vários Centros, Faculdades, Campi e Institutos.

Justificativa -> A alteração promove a clareza textual, a inclusão de todas as unidades universitárias, a adequação à expansão da UFC e o fortalecimento da segurança jurídica e administrativa.

Sugestões de Novos Artigos:

Inclusão de um novo artigo no Estatuto da Universidade Federal do Ceará para explicitar os princípios democráticos e constitucionais que balizam a organização e funcionamento da universidade, com fundamento no Estado Democrático de Direito e no compromisso com os direitos humanos, a liberdade, a inclusão, a diversidade e a sustentabilidade.

Sugestão de Redação para o Novo Artigo (Novo Art. 4º, renumerando-se os demais)

Art. 4º. A Universidade Federal do Ceará reger-se-á, em sua organização, estrutura e funcionamento, pelos princípios do Estado Democrático de Direito, comprometendo-se com a promoção da justiça social, dos direitos humanos e da cidadania plena, nos seguintes termos:

I – Promoção do acesso democrático à educação pública de qualidade, com equidade e políticas de inclusão;

II – Garantia da liberdade acadêmica, científica e pedagógica, assegurada a pluralidade de ideias e o respeito às diferentes perspectivas, sem qualquer forma de discriminação;

III – Fomento à convivência pacífica, à cultura dos direitos humanos e ao fortalecimento da democracia no ambiente universitário;

IV – Compromisso com a valorização da diversidade e enfrentamento de todas as formas de preconceito e intolerância, incluindo aquelas de ordem social, etária, racial, étnica, religiosa, de gênero ou orientação sexual;

V – Incentivo às expressões culturais, às artes e às manifestações populares como componentes essenciais da vida universitária;

VI – Atuação responsável e crítica em relação às questões socioambientais e ao desenvolvimento sustentável;

VII – Observância à laicidade institucional;

VIII – Comprometimento com a integração indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, como fundamento da formação acadêmica e da atuação social da universidade.

Justificativa -> O Estatuto da UFC já contempla diretrizes voltadas à autonomia universitária e à formação acadêmica crítica, conforme previsto nos artigos 2º e 4º. Contudo, não há ainda uma declaração sistematizada dos princípios democráticos e constitucionais que orientam a atuação da instituição. A proposta de inclusão de um novo artigo neste sentido vem suprir essa lacuna, consolidando o compromisso da UFC com os valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.

A inclusão deste artigo antes do atual Art. 4º é estratégica e justificada por seu caráter fundacional: os princípios devem anteceder os objetivos institucionais, pois funcionam como pressupostos normativos e éticos para todas as ações da universidade. A partir disso, propõe-se a renumeração dos artigos subsequentes.

Essa atualização está em consonância com a Constituição Federal de 1988 (art. 5º, 206 e 207), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96, especialmente os arts. 2º e 3º), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, e o Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

CAPÍTULO I

OBJETIVOS E FUNÇÕES

ARTIGO 4º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Incluir o quadro cultural na alínea d) do Artigo 4º:

d) contribuir para o processo de desenvolvimento local, regional, nacional e global, realizando estudo sistemático de seus problemas e formando quadros científicos, artísticos, técnicos e culturais de acordo com suas necessidades;

Incluir os Campi e Institutos na alínea g) do Artigo 4º:

g) estender sua atuação para localidades não abarcadas por seus Centros, Faculdades, Campi e Institutos, por meio de cursos, programas e projetos nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Justificativa -> A alteração na alínea d) é para reconhecer a cultura como dimensão essencial da missão universitária, valorizar e institucionalizar as ações culturais da universidade, fortalecer o papel da UFC na promoção da diversidade cultural e alinhar o Estatuto à Constituição, às diretrizes do MEC e à realidade da própria universidade.

Já a alteração da alínea g) promove a clareza textual, a inclusão de todas as unidades universitárias, a adequação à expansão da UFC e o fortalecimento da segurança jurídica e administrativa

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DE ORGANIZAÇÃO

ARTIGO 5º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Acrescentar nova alínea após a b), renumerando os demais, com o seguinte princípio:

c) unidades acadêmicas, que congregam cursos de graduação e, ocasionalmente, de pós-graduação, que podem ou não estar baseados em Departamentos.

Incluir novo item no Parágrafo único do Art. 5º para abarcar as estruturas específicas dos Campi e Institutos.

Referente ao item VI do Parágrafo único, importante que haja uma diferenciação na versão final, caso permaneça o uso do termo "unidades" no sentido colocado neste artigo e no anterior, de que não se trata de 'unidade acadêmica'.

Justificativa -> Referente a sugestão da nova alínea c): a inclusão desta alínea busca reconhecer a diversidade de arranjos organizacionais das unidades acadêmicas dentro da UFC, refletindo a realidade institucional em que nem todos os cursos estão estruturados em torno de Departamentos. Tal mudança amplia a flexibilidade organizacional e legitima formalmente estruturas já existentes ou em processo de consolidação.

A inclusão de um novo item no Parágrafo único visa garantir que as especificidades organizacionais dos campi fora da sede e dos institutos especializados sejam formalmente reconhecidas no Estatuto. Isso assegura maior clareza administrativa e respaldo jurídico para a estruturação diferenciada dessas unidades, respeitando suas singularidades operacionais e acadêmicas.

A sugestão de diferenciação terminológica visa evitar ambiguidade na interpretação do Estatuto, distinguindo claramente entre "unidades acadêmicas" e outras formas de "unidades" (administrativas, de apoio, etc.). Essa clareza conceitual é fundamental para uma adequada aplicação normativa e para a organização institucional da Universidade.

TÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

ARTIGO 9º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Acrescentar na estrutura da Administração Superior o Conselho Social, conforme sugestão da nova seção V no Título II – Administração Universitária, Capítulo I – Administração Superior, do Estatuto da UFC

Justificativa -> A inclusão do Conselho Social na estrutura da Administração Superior visa fortalecer o princípio da gestão democrática e promover maior integração entre a Universidade e a sociedade. Essa instância, além de promover a paridade institucional, permite a participação de representantes da comunidade externa, ampliando a transparência, o controle social e o diálogo institucional com os diversos segmentos sociais, econômicos e culturais que interagem com a UFC.

O objetivo desse conselho é ser de caráter consultivo, com a finalidade de assessorar a Reitoria na proposição e no acompanhamento de políticas sociais, de extensão e de interação universidade–sociedade.

Sugestões de Novos Artigos e/ou Seção:

Inclusão, no Título II – Administração Universitária, Capítulo I – Administração Superior, do Estatuto da UFC, da Seção V – Conselho Social, órgão consultivo destinado a institucionalizar a participação da sociedade e da comunidade universitária na definição de políticas sociais e extensionistas, em consonância com o art. 207 da Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96, art. 13, §§ 1º e 2º).

Sugestão de Redação para o novo Artigo em nova Seção V (Novo Art. 29º, renumerando-se os demais):

Seção V – Do Conselho Social

Art. 29. Fica instituído o Conselho Social, órgão de caráter consultivo, com a finalidade de assessorar a Reitoria na proposição e no acompanhamento de políticas sociais, de extensão e de interação universidade–sociedade.

I. Reitor, como Presidente;

II. Vice-Reitor, como Vice-Presidente;

III. Um representante do Conselho Universitário;

IV. Seis representantes discentes eleitos pelos seus pares;

V. Seis representantes docentes eleitos pelos seus pares;

VI. Seis representantes técnico-administrativos eleitos pelos seus pares;

VII. Três representantes de docentes aposentados;

VIII. Três representantes de técnicos-administrativos aposentados;

IX. Três representantes de estudantes egressos;

X. Três representantes da comunidade externa, indicados pelo Conselho Universitário a partir de listas tríplexes apresentadas por órgãos de classe, movimentos sociais, conselhos de educação e de saúde, entidades profissionais e organizações não governamentais;

XI. Ouvidor-Geral da UFC, com direito a voz, sem voto.

§ 1º Os mandatos dos representantes e de seus respectivos suplentes serão de dois anos, permitida uma recondução.

§ 2º A eleição dos representantes discentes, docentes e técnico-administrativos será realizada por suas respectivas entidades de classe.

§ 3º Compete ao Conselho Social:

a) Auxiliar a Reitoria na proposição de políticas institucionais relativas à inclusão social, à extensão universitária e ao diálogo com a sociedade;

b) Estimular estudos e propostas que fortaleçam o compromisso social e o caráter público da Universidade;

c) Participar da elaboração de normas sobre convênios, projetos de extensão e ações de inclusão social;

d) Apresentar relatórios semestrais de suas atividades ao Conselho Universitário.

Justificativa -> A instituição do Conselho Social atende ao princípio constitucional da gestão democrática do ensino (CF, art. 207) e aos dispositivos da LDB (Lei 9.394/96, art. 13, §§ 1º e 2º), fortalecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e ampliando a transparência e a participação da comunidade interna e externa nas decisões institucionais.

SEÇÃO I

CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ARTIGO 10º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão ->

Inserir nova alínea após a alínea e) com o seguinte texto:

f) 02 (dois) representantes dos Cursos de Graduação sediados em Campi ou Institutos, escolhidos com os respectivos suplentes, dentre os coordenadores destes cursos, sob a coordenação e supervisão da Pró-Reitoria de Graduação.

Na atual alínea g) acrescentar uma vaga com representante exclusivo dos campi do interior.

Na atual alínea i) ajustar nomenclatura conforme nova carreira docente: classe D, titular, classe C, associado, classe B, adjunto e A, assistente.

Na atual alínea l) acrescentar uma vaga com representante exclusivo dos campi do interior.

Na atual alínea n) acrescentar uma vaga com representante exclusivo dos campi do interior.

No parágrafo 2º, mudar o termo “servidores integrantes” para “servidores técnicos-administrativos”.

Na alínea c) do parágrafo 7º, modificar o termo “em reunião” para “em eleição”.

Justificativa ->

Em relação a sugestão da nova alínea f): A medida assegura a representação efetiva dos cursos de graduação situados em campi e institutos fora da sede, valorizando suas especificidades e promovendo uma gestão mais equitativa e inclusiva, em sintonia com a expansão multicampi da UFC.

Referente a alteração da alínea g): A inclusão de um representante dos campi do interior fortalece a representatividade e equilibra a composição do colegiado, assegurando que as demandas regionais tenham voz ativa nas decisões institucionais.

Referente a alteração da alínea i): A atualização da nomenclatura alinha o Estatuto à legislação vigente sobre a carreira docente nas Instituições Federais de Ensino, garantindo precisão terminológica e segurança jurídica.

Referente a alteração da alínea l): Reforça o compromisso da Universidade com a inclusão regional e o fortalecimento dos campi descentralizados, promovendo participação mais justa nas instâncias decisórias.

Referente a alteração da alínea n): Garante maior equilíbrio na representação da comunidade acadêmica, reconhecendo o crescimento dos campi no interior e sua relevância para a missão institucional da UFC.

Referente a alteração no parágrafo 2º: A alteração promove maior clareza terminológica, utilizando a designação correta e consagrada pela legislação e pelos documentos institucionais, evitando ambiguidades.

Referente a alteração da alínea c) do parágrafo 7º: A mudança garante maior transparência e legitimidade ao processo de escolha, reforçando o caráter democrático da seleção de representantes por meio de eleição, e não apenas por deliberação em reunião.

ARTIGO 11º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Acrescentar na alínea c) a referência aos Campi e Institutos:

c) aprovar seu próprio Regimento e os Regimentos da Reitoria, do Conselho de Curadores, dos Centros, das Faculdades, dos Campi, dos Institutos e dos órgãos suplementares;

Acrescentar na alínea d) a referência às Faculdades, Campi e Institutos:

d) homologar as decisões dos Conselhos de Centro, dos Conselhos Departamentais, dos Conselhos das Faculdades, Campi e dos Institutos, relativas ao afastamento provisório de professores para outras instituições de ensino superior mantidas pelo Governo Federal;

Acrescentar na alínea e) a referência às Faculdades, Campi e Institutos e surgiu um questionamento se a exigência de votação de $\frac{2}{3}$ do respectivo conselho quando se tratar de professor titular ainda faz sentido:

e) homologar as decisões dos Conselhos de Centro, dos Conselhos Departamentais, dos Conselhos das Faculdades, Campi e dos Institutos, relativas à transferência, para a Universidade Federal do Ceará, de professores pertencentes a outras instituições de ensino superior mantidas pela União, exigindo-se votação de 2/3 (dois terços) quando se tratar de professor titular;

Acrescentar na alínea p) a referência aos Campi e Institutos e trocar o trecho “dos competentes Conselhos de Centro ou Conselhos Departamentais” para “de seus respectivos conselhos”:

p) decidir, após inquérito administrativo, sobre intervenção em qualquer Centro, Faculdade, Campi ou Instituto e homologar as propostas de destituição de Diretores e Vice-Diretores, aprovadas por 2/3 (dois terços) de seus respectivos conselhos;

Acrescentar na alínea x) que o item se aplica a esfera de ação da universidade:

x) autorizar a instalação de emissoras de rádio e televisão em Fortaleza e no interior do Estado, ao que se aplica a esfera de ação da universidade.

Justificativa -> Referente a alteração da alínea c): A alteração reconhece formalmente a existência e a importância administrativa dos Campi e Institutos no contexto da estrutura universitária, garantindo-lhes autonomia regimental e fortalecendo sua institucionalidade.

Referente a alteração da alínea d): A inclusão visa ampliar a abrangência normativa às unidades descentralizadas e especializadas da Universidade, assegurando tratamento equitativo nos processos de afastamento de docentes, alinhado à realidade multicampi da UFC.

Referente a alínea e): A ampliação garante que todas as unidades com atuação acadêmica e administrativa possam deliberar sobre processos de transferência. Quanto à exigência de votação de 2/3 para professor titular, sugere-se reavaliar sua atualidade à luz da legislação vigente e das práticas contemporâneas de gestão universitária, pois pode representar um entrave desproporcional à mobilidade docente.

Referente a alínea p): A alteração promove maior clareza e abrangência, reconhecendo as estruturas multicampi e institucionais com a mesma legitimidade administrativa, além de padronizar a terminologia (“respectivos conselhos”) para evitar interpretações restritivas.

Referente a alínea x): A adição do referido texto delimita a atuação da Universidade às áreas de sua abrangência institucional, respeitando os princípios da gestão pública e evitando extrapolação de competências. Reforça também a dimensão estadual da UFC e sua presença nos territórios onde atua.

SEÇÃO II

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

ARTIGO 12º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Acrescentar uma alínea destacando a representação dos TAEs no CEPE e como ela se dará.

Na alínea j) acrescentar uma representação das prefeituras onde tem campi da UFC no interior.

Houve um questionamento sobre de quem elabora essas listas tríplices a que se referem os itens j, k e l? E que seria importante destacar isso no texto também.

Justificativa -> Sobre a representatividade dos TAEs no CEPE: A inclusão da representação dos TAEs no CEPE reforça o princípio da gestão democrática e da valorização da participação de todos os segmentos institucionais nos processos

decisórios. Essa medida amplia a diversidade de perspectivas nas deliberações acadêmicas e reconhece o papel estratégico dos TAEs no funcionamento da Universidade. Detalhar como se dará essa representação (por eleição direta, por exemplo) contribui para a transparência e legitimidade do processo.

Referente a alínea j): A proposta visa fortalecer a integração entre a Universidade e os municípios onde estão localizados seus campi. A representação das prefeituras no CEPE reconhece a importância da articulação institucional com o poder público local, promovendo maior alinhamento entre as ações acadêmicas e o desenvolvimento regional, especialmente nas áreas de educação, cultura, saúde e inovação.

Sobre as lista tríplices: A falta de clareza sobre a autoria das listas tríplices nos itens j, k e l pode gerar dúvidas quanto à legitimidade dos processos de indicação. Explicitar no texto quem é o responsável por elaborar essas listas (por exemplo, entidades representativas, colegiados ou conselhos específicos) confere maior transparência, segurança jurídica e rigor procedimental à composição do CEPE, garantindo que os representantes externos sejam indicados por instâncias adequadas e reconhecidas.

SEÇÃO III

CONSELHO DE CURADORES

ARTIGO 18º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Nova alínea e) acrescentando 01 (uma) vaga para representante TAE.

O texto do parágrafo 3º deve ser suprimido por estar conflitando com o Parágrafo único do Art. 19.

Justificativa -> A inclusão de uma vaga para TAE no Conselho de Curadores visa ampliar a representatividade dos servidores técnico-administrativos nos colegiados superiores, promovendo uma gestão mais democrática e plural, conforme os

princípios da autonomia universitária e da gestão participativa previstos na Constituição Federal.

Referente a supressão do texto do parágrafo 3º, a manutenção simultânea dos dois dispositivos gera insegurança jurídica e ambiguidade normativa. A supressão do §3º do Art. 18 elimina a redundância e o conflito com o parágrafo único do Art. 19, assegurando coerência interna ao Estatuto e melhor interpretação das normas institucionais.

SEÇÃO IV

REITORIA

ARTIGO 28º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Mudança no texto do parágrafo 1º no trecho “dentre professores da Universidade” para “dentre servidores estáveis da Universidade”:

§1º As Pró-Reitorias serão exercidas por Pró-Reitores, nomeados pelo Reitor, dentre servidores estáveis da Universidade Federal do Ceará, com prévia aprovação do Conselho Universitário.

Justificativa -> A mudança amplia o escopo de elegibilidade para o exercício de cargos de Pró-Reitor, permitindo a participação de servidores técnico-administrativos estáveis com competência e experiência compatíveis com as funções da Pró-Reitoria. Essa alteração promove inclusão, valorização da diversidade de perfis profissionais na gestão universitária e reforça os princípios de eficiência e democratização da administração pública, conforme previstos na Constituição Federal (art. 37) e na autonomia universitária.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

Sugestões de Novos Artigos e/ou Seção:

Diferente dos Centros e Faculdades, cuja administração é detalhada pelo Estatuto, a estrutura organizacional dos Institutos e Campi, especialmente no interior, é relegada a resoluções complementares, conforme indicado no Art. 6º, §3º do Estatuto. Embora este arranjo ofereça flexibilidade, nota-se a necessidade de reconhecer e acomodar as particularidades destas unidades, estabelecendo um arcabouço administrativo básico e padronizado, que promova integração coesa entre as unidades na governança da universidade.

Sugestão ->

Novo artigo para estrutura dos Campi e Institutos, a exemplo do Art. 29, definindo o seguinte organograma:

- a) *Conselho do Campus/Instituto*
- b) *Diretoria*
- c) *Órgãos de assessoria acadêmica e administrativa*
- d) *Coordenações*

Justificativa ->

Com o novo artigo, objetiva-se aprimorar a governança e a efetividade da administração acadêmica. A existência de uma estrutura organizacional básica para Campi e Institutos estabelece de forma mais clara o funcionamento e as responsabilidades de cada órgão e, assim, assegura uniformidade e integração formal entre as unidades na gestão da UFC.

SEÇÃO I

CONSELHO DE CENTRO E CONSELHO DEPARTAMENTAL

ARTIGO 30º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

A questão da paridade foi amplamente discutida, destacando-se a sub-representação da categoria técnico-administrativa (alínea h), desproporcional em relação a sua importância, bem como a necessidade de garantir representação equitativa e fortalecida,

Sugestão 1 -> Equiparar a representação do corpo técnico-administrativo para, ao menos, 20% do colegiado.

Justificativa -> Espera-se corrigir a distorção na representatividade dentro dos Conselhos de Centro e Departamental, adequando o Estatuto a melhores práticas de governança, com enfoque na participação ampla de todos os segmentos. É uma alteração fundamental para garantir representação da categoria e que pode contribuir para a melhora da qualidade das decisões tomadas, que expressem de forma mais fiel os interesses e as necessidades da comunidade acadêmica.

Sugestão 2 -> Além da alteração, uma correção precisa ser feita. No parágrafo 2º da alínea h), o anexo em relação ao campus de Sobral está desatualizado, não incluindo o curso de Finanças.

Sugestões de Novos Artigos e/ou Seção:

Sugere-se a criação de uma Seção que trata especificamente dos conselhos de Campus e Institutos com a seguinte composição:

- a) *Diretor de Campus como seu presidente;*
- b) *vice-diretor do campus;*
- c) *Representante técnico administrativo dos órgãos de assessoria administrativa e acadêmica;*
- d) *Coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação*
- e) *1 professor efetivo, eleito em escrutínio secreto, dentre os indicados por cada coordenação de curso;*
- f) *Ex-diretor que tenha exercido a diretoria;*
- g) *Representante dos estudantes na proporção de 20%;*
- h) *Representante do corpo TAE 10%.*

Justificativa ->

A criação de nova seção justifica-se pela necessidade de formalizar a composição dos conselhos dos Campi e Institutos da UFC, garantindo participação de todos os

segmentos, transparência em relação aos processos decisórios e legitimidade quanto às decisões tomadas nesses colegiados.

SEÇÃO II

DIRETORIA DE CENTRO E FACULDADE

ARTIGO 31º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Discutiu-se a ausência de menção a Campi e Institutos, embora haja aplicabilidade do artigo a essas unidades acadêmicas.

Sugestão -> Adaptar a redação, adicionando “Campi e Instituto” quando da menção a “Diretoria de Centro e Faculdade”

Justificativa -> Justifica-se pela necessidade de alinhar o Estatuto à realidade institucional da universidade, expandida para Campi no Interior e Institutos. A fim de evitar interpretações errôneas sobre a aplicabilidade do artigo aos referidos segmentos e consequentes dificuldades administrativas, a inclusão explícita torna mais clara a redação.

ARTIGO 32º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Observou-se que apenas o parágrafo 7º do artigo nomeia explicitamente os Campi e Institutos, embora o artigo como um todo (e toda a seção em que está inserido) seja válido a essas unidades acadêmicas. Trata-se de uma lacuna e, portanto, deve ser preenchida nesta nova versão do Estatuto.

Sugestão -> Adaptar a redação, adicionando “Campi e Instituto” quando da menção a “Diretoria de Centro e Faculdade”

Justificativa -> Assim como no artigo anterior, com a adição, espera-se tornar menos ambígua a seção como um todo.

SEÇÃO III

DEPARTAMENTO ACADÊMICO

ARTIGO 38º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

A ausência de representantes técnico-administrativos na composição do Colegiado chama atenção. Essa falta de participação nos processos deliberativos formais do Colegiado impede que suas perspectivas e conhecimentos práticos sejam devidamente aproveitados nas decisões que afetam diretamente o funcionamento do Departamento.

Sugestão -> Acrescentar alínea c com representação de técnicos administrativos no Colegiado do Departamento em proporção igual a dos estudantes.

Justificativa -> A alteração visa melhorar a representatividade e a qualidade da gestão universitária. Ao reconhecer a contribuição dos servidores técnico-administrativos, a equidade é melhor satisfeita e as deliberações do Colegiado, mais realistas e eficazes, de modo que a estrutura se torna mais fortalecida.

SEÇÃO IV

COORDENAÇÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO

ARTIGO 42º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Assim como no Colegiado de Departamento, faz falta a participação de representantes do corpo técnico-administrativo no Colegiado de Curso de Graduação. Além disso, nota-se que, ao menos no Campi de Sobral, a composição dos Colegiados em geral não segue o previsto no artigo, em razão das especificidades dos cursos no interior.

Sugestão 1 -> Acrescentar alínea c com representação de técnicos administrativos no Colegiado do Curso de Graduação em proporção compatível com a quantidade de TAEs lotados na coordenação.

Justificativa ->

A implementação da alteração objetiva fortalecer a estrutura de governança nos cursos de graduação. Promove a participação de todas as categorias envolvidas no funcionamento do curso e a maior agilidade e eficiência no processo decisório, além de reconhecer formalmente a importância da categoria.

Sugestão 2 ->

Não normatização da composição do Colegiado.

Justificativa ->

Tendo em vista a composição do Colegiado de Cursos de Pós Graduação (art. 45), não normatizada pelo Estatuto, entende-se que estendendo essa característica também aos Colegiados das Graduações, há uma maior flexibilidade para acomodar diferentes organizações já em vigor na universidade.

TÍTULO III
DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I
ENSINO

ARTIGO 50º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Nota-se na redação do artigo uma discrepância em relação a metodologias e estruturas curriculares empregadas atualmente nos cursos de graduação e pós-graduação, não limitadas a disciplinas. Uma versão atualizada do artigo deve considerar essas outras modalidades de avaliação.

Sugestão -> Acrescentar módulos e atividades na avaliação do rendimento escolar.

Justificativa -> A alteração visa adequar a redação às estruturas curriculares atuais que preveem módulos e atividades para além de disciplinas.

ARTIGO 53º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Discutiu-se a necessidade de adequar o artigo às inovações pedagógicas e à legislação atual, garantindo maior flexibilidade curricular.

Sugestão -> O artigo deveria estar em outro título, na seção de ingresso. Além disso, adicionar as diferentes formas de ingresso, tais como: ENEM, Transferência, Mudança de curso, etc.

Justificativa -> A realidade do ensino superior foi impactada pela transformação digital e pelas diretrizes do MEC para EaD e ensino híbrido, exigindo adequações para assegurar segurança jurídica e qualidade acadêmica.

ARTIGO 57º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Debateu-se a atualização do artigo para abranger o reconhecimento de novas especificidades, sobretudo em relação ao ano letivo.

Sugestão -> Retirar o termo no mínimo, (200 dias) e substituir por: ...na forma da legislação vigente ou a que venha a substituí-la, bem como conforme discriminação do regimento geral.

Justificativa -> Adequar o ano letivo conforme a base legal do novo Estatuto para garantir segurança e clareza na sua implantação.

SEÇÃO II

CURSO DE GRADUAÇÃO

ARTIGO 60º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Considerou-se necessária maior clareza sobre requisitos, modalidades e formas de ingresso nos cursos de graduação.

Sugestão -> Falar das formas de ingresso neste artigo conforme Art. 53. Excluir parágrafo único do artigo 60 (seleção é definida pelo MEC e que tem diferentes formas de ingresso).

Justificativa -> Adequar o texto à legislação atual, que contempla múltiplas formas de acesso ao ensino superior e variadas modalidades de oferta.

ARTIGO 62º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Debateu-se a necessidade de ampliar o conceito de currículo, incorporando a flexibilização prevista na legislação atual.

Sugestão -> Incluir no texto após disciplinas: e/ou módulos e outras atividades acadêmicas.

Justificativa -> Atender ao art. 7º da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que regulamenta a extensão na graduação, e alinhar-se às políticas educacionais contemporâneas.

ARTIGO 64º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Discutiu-se a necessidade de reforçar a relação da UFC com a nova estruturação dos cursos nos campi do interior.

Sugestão -> Alterar o artigo e parágrafo único para: Art. 64. O programa de cada disciplina ou módulos será aprovado pelo departamento (se houver) e pelo colegiado a que esteja afeto cada curso, elaborado o plano de ensino pelo respectivo professor ou grupo de professores. Parágrafo único. O plano de ensino de que trata este artigo deverá ser aprovado pelo Departamento(se houver) e pelo Colegiado do Curso e/ou módulos (obs.: pro relatório verificar disciplinas e ou módulos).

Justificativa -> Fortalecer o compromisso institucional da UFC com as novas diretrizes tecnológicas.

ARTIGO 65º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(**X**) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Verificou-se que o artigo precisa contemplar novas formas de ofertas do ensino-aprendizagem.

Sugestão -> Alterar o artigo para: Art. 65. A escolha das várias disciplinas, para efeito de matrícula, dependerá de sua inclusão em listas de ofertas aprovadas pela coordenação do curso e pelos departamentos interessados e, subsidiariamente, pela diretoria da unidade acadêmica.

Justificativa-> Atualizar o Estatuto frente às inovações pedagógicas e metodológicas, promovendo avaliação mais aderente aos princípios da educação contemporânea.

SEÇÃO III

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

ARTIGO 66º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Houve debate sobre a necessidade de especificar as modalidades de cursos de pós-graduação.

Sugestão -> Alterar o inciso 4 do artigo 66 para: § 4º O doutorado proporcionará formação científica, profissional e cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e o poder criador nos diferentes ramos do saber.

Justificativa -> Adequar o Estatuto às normas atuais da CAPES e do MEC, assegurando segurança jurídica na oferta das diferentes modalidades de pós-graduação.

ARTIGO 69º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Houve debate sobre a necessidade de especificar as modalidades de cursos de pós-graduação.

Sugestão -> Alterar o artigo 69 para: Art. 69. O currículo de cada curso de mestrado e de doutorado abrangerá uma sequência ordenada de disciplinas e/ou módulos e outras atividades acadêmicas, cuja integralização dará direito ao correspondente diploma ou certificado.

Justificativa -> Adequar o Estatuto às normas atuais da CAPES e do MEC, assegurando segurança jurídica na oferta das diferentes modalidades de pós-graduação.

SEÇÃO IV

CURSO DE EXTENSÃO

ARTIGO 70º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Houve consenso sobre ampliar a visão do curso de extensão, integrando-o às políticas públicas e à Agenda 2030.

Sugestão -> Rever conforme normativos atuais da extensão

Justificativa -> Fortalecer a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e o papel social da UFC, alinhando suas ações aos compromissos globais de sustentabilidade.

CAPÍTULO II

PESQUISA

ARTIGO 71º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Foi debatida a importância de explicitar no Estatuto o papel da pesquisa interdisciplinar e inovação tecnológica.

Sugestão -> Alterar o artigo 71 para: Art. 71. A pesquisa na Universidade será encarada como função específica, voltada para a busca de novos conhecimentos e

técnicas, e como recurso de educação destinado ao cultivo da atitude científica, indispensável a uma formação de grau superior de excelência.

Justificativa -> Adequar o Estatuto às exigências contemporâneas de produção científica e tecnológica, promovendo maior visibilidade e impacto social da UFC.

ARTIGO 72º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Foi debatida a importância de explicitar no Estatuto o papel da pesquisa interdisciplinar e inovação tecnológica.

Sugestão -> Suprimir Art. 72

Justificativa -> Não é necessário que o estatuto diga quais as possibilidades para desenvolver um projeto de pesquisa, pois pode causar restrições desnecessárias

CAPÍTULO III

EXTENSÃO

ARTIGO 73º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

As atividades de extensão no contexto atual da universidade.

Sugestão -> Revisar o artigo conforme as normativas atuais de extensão.

Justificativa -> Atualizar o papel da universidade perante a comunidade com as atividades de extensão.

TÍTULO IV

COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

ARTIGO 75º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Definição sobre quais categorias compõem a comunidade universitária.

Sugestão -> Avaliar se cabe a integração dos funcionários terceirizados como parte da comunidade universitária.

Justificativa -> Considerar a importância dos trabalhadores terceirizados nas atividades da universidade.

CAPÍTULO I

CORPO DOCENTE

ARTIGO 76º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Diferenças entre professores visitante, visitante estrangeiro e temporários.

Sugestão -> Avaliar o parágrafo único e verificar se há diferenças entre os professores visitantes e visitantes estrangeiros; verificar se ainda há professores temporários.

Justificativa -> Atualização dos termos aplicados a docentes que não ocupam cargos efetivos.

ARTIGO 77º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Análise das vertentes que compõem as atividades do magistério.

Sugestão -> Acrescentar, no parágrafo único, inovação e empreendedorismo como vertentes relacionadas às atividades de magistério.

Justificativa -> A importância dos conceitos de inovação e empreendedorismo na formação profissional da atualidade.

ARTIGO 78º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Revisão do texto e vincular as atividades dos TAEs ao artigo.

Sugestão -> Retirar do texto o trecho “os seguintes objetivos específicos”, corrigir o item “c” com o trecho “ extensão que concretizam-se” e vincular as atividades dos TAEs ao item “d”.

Justificativa -> Contemplar as atividades dos TAEs nas especificidades da administração universitária.

ARTIGO 79º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(**X**) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Revisão da estrutura de carreira de magistério superior.

Sugestão -> Atualizar conforme a nova carreira, se couber.

Justificativa -> A carreira do magistério superior é estruturada conforme legislação específica vigente.

ARTIGO 79-Aº

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(**X**) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Revisão da estrutura de carreira de magistério do ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Sugestão -> Atualizar conforme a nova estruturação de carreira, se couber.

Justificativa -> A carreira de magistério do ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) é estruturada conforme legislação específica vigente.

ARTIGO 80º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Trata das competências para dimensionamento da alocação de docentes nas unidades acadêmicas.

Sugestão -> Transformar o parágrafo único no Art.80, acrescentando ao texto que serão ouvidas a CPPD e as CPACs (Coordenadorias de Programas Acadêmicos) das unidades interessadas. O parágrafo único passa ser o seguinte: as unidades acadêmicas poderão recorrer ao CEPE para revisar as decisões de alocação de acordo com resolução específica.

Justificativa -> Ajustar e definir as diretrizes para alocação de docentes.

ARTIGO 81º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Ajuste do texto de acordo com a revisão de carreira debatida no Art. 79.

Sugestão -> Revisão do texto no Art. 81 e em seu parágrafo 3º, referentes à classe/denominação dos docentes; exclusão do parágrafo 4º.

Justificativa -> Ajustar o texto de acordo com legislação específica vigente para a carreira de Magistério Superior.

ARTIGO 82º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> *“Art. 82. O ingresso no cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior ocorrerá na classe D, com nível único, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos, no qual serão exigidos:*

(...)”

Justificativa -> Alteração da classe (E para D) disposta no *caput* do artigo, conforme nova estrutura de classes estabelecida pela Lei 12.772/2012 (após alteração instituída pela Lei 15.141/2025).

ARTIGO 85º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Exclusão total do artigo.

Justificativa -> Exclusão de todo o art. 85, em razão de todo teor do dispositivo já se encontrar estabelecido pela Lei Federal 12.772/2012, não sendo necessário, portanto, ser norma proposta pelo estatuto da universidade.

ARTIGO 86º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão ->

“Art. 86 A Universidade Federal do Ceará poderá, em caráter excepcional, mediante aprovações do colegiado do Departamento, quando houver, do Conselho da unidade acadêmica e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2 (dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

§1º Os docentes em regime de 20 (vinte) horas poderão ser, temporariamente, vinculados ao regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva após a verificação de inexistência de acúmulo de cargos e da existência de recursos orçamentários e financeiros para as despesas decorrentes da alteração do regime, considerando-se o caráter especial da atribuição do regime de 40 (quarenta) horas sem dedicação exclusiva, conforme disposto no § 1º, nas seguintes hipóteses:

I - ocupação de cargo de direção, função gratificada ou função de coordenação de cursos; ou

II - participação em outras ações de interesse institucional definidas pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

§2º É vedada a mudança de regime de trabalho aos docentes em estágio probatório. (nova redação dada pelo Prov. nº 1/2013)”

Justificativa -> Exclusão de todo o caput do art. 86 (e seus incisos I e II), bem como do seu §2º, em razão de todo teor dos dispositivos já se encontrar estabelecido pela Lei Federal 12.772/2012, não sendo necessário, portanto, ser norma proposta pelo estatuto da universidade; Com a exclusão do *caput* anteriormente mencionado, o § 1º do artigo passaria a ser o novo *caput* do artigo, e os parágrafos 3º e 4º, os novos parágrafos 1º e 2º, respectivamente.

ARTIGO 88º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Escreva aqui a síntese do debate:

Sugestão ->

“Art. 88. (...)”

(...)

§4º As atividades de que tratam o inciso XI do caput não excederão, computadas isoladamente ou em conjunto, a 120 h (cento e vinte horas) anuais, ressalvada a situação de excepcionalidade a ser justificada e previamente aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 h (cento e vinte horas) exclusivamente para atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. (Incluído pelo Prov. nº 7/2013)”

Justificativa -> Alteração do § 4º, apenas se eliminando do texto a menção ao inciso XII, uma vez que tal inciso não consta da lista de incisos do *caput* do artigo em questão.

ARTIGO 89º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Exclusão total do artigo.

Justificativa -> Exclusão de todo o art. 89, em razão de ter sido proposta, em artigos no novo estatuto, a possibilidade de técnicos-administrativos em educação (TAE's) também exercerem atividades de gestão no âmbito da Universidade

CAPÍTULO II

CORPO DISCENTE

ARTIGO 96º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão ->

Art. 96. Os alunos da Universidade poderão estar sujeitos ao pagamento de taxas, a serem fixadas consoante normas aprovadas pelo Conselho Universitário, e em conformidade com o princípio da gratuidade do ensino público consagrado na Constituição Federal.

Justificativa -> Alteração do texto do artigo, de forma a evitar interpretações equivocadas em relação ao termo “taxa” e, por conseguinte, estar em consonância ao princípio da gratuidade do ensino público, conforme preceitua a constituição federal.

CAPÍTULO III

CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

ARTIGO 102º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão ->

Art. 102. O corpo técnico-administrativo da Universidade é composto pelos servidores submetidos ao Regime Jurídico decorrente da Lei nº 8.112/90 e integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, responsáveis pelo apoio técnico, administrativo e operacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Parágrafo Único - Para além das atividades desempenhadas pelos TAEs no que couber em seus respectivos cargos, estes também poderão desempenhar atividades de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência em

órgãos e unidades da própria UFC, em sintonia com as especificidades da administração universitária.

Justificativa -> Alteração do texto do *caput* do artigo e de seu parágrafo único, de forma a valorizar a função e o papel institucional dos servidores técnico-administrativos, como parte essencial da missão universitária.

ARTIGO 103º (VANDIR)

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão ->

Art. 103. Os servidores do corpo técnico-administrativo poderão ter exercício em qualquer órgão ou serviço da Universidade, cabendo ao Reitor a sua movimentação, sob assessoramento da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE) e observadas a eficiência administrativa e as demandas dos setores envolvidos.

Justificativa -> Alteração do texto do artigo, como forma de fortalecer os princípios da gestão participativa, assegurar transparência nas decisões da administração e reforçar a atuação da Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE) como instância de representação e diálogo.

Sugestões de Novos Artigos com Justificativa (VANDIR):

Inclusão de um novo artigo, criando a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTAE) e suas atribuições:

Art. 102-A. Haverá, no âmbito da estrutura administrativa organizacional da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, uma Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo em Educação (CPPTAE), com a incumbência de prestar assessoramento ao Reitor para a formulação e acompanhamento da política de pessoal técnico-administrativo, mormente em matérias inerentes a:

I - criação e fiscalização das políticas de movimentação de pessoal técnico-administrativo.

II - processos de acompanhamento e avaliação para progressão funcional

III - afastamentos para realização de cursos de capacitação

IV - afastamentos para estudo ou missão no exterior

V - critérios de caráter geral, necessários à elaboração das normas específicas sobre a realização dos Concursos Públicos para provimento de cargos técnico-administrativos

VI - readaptações

VII - desenvolvimento de estudos e análises que permitam fornecer subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal técnico-administrativo e de seus instrumentos

VIII - colaboração com os órgãos próprios da Universidade no planejamento dos programas de treinamento e capacitação

Parágrafo único – a composição e o funcionamento da comissão de que trata este artigo será objeto de resolução específica aprovada pelo CONSUNI.

Justificativa -> Inclusão de um novo artigo, criando a Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTAE) e suas atribuições, de forma a valorizar a função e o papel institucional dos servidores técnico-administrativos, como parte essencial da missão universitária.

TÍTULO V

DOS DIPLOMAS, CERTIFICADOS E TÍTULOS

ARTIGO 107º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão ->

Art. 107. A Universidade outorgará títulos honoríficos de Professor Emérito, Professor Honoris Causa, Doutor Honoris Causa e de Técnico-Administrativo Emérito, bem como Medalhas de Mérito, conforme critérios e procedimentos definidos no Regimento Geral.

Justificativa -> Alteração do texto do artigo, de forma a reconhecer formalmente a relevância dos servidores técnico-administrativos na trajetória institucional da universidade, promovendo a valorização e a equidade entre os segmentos que a compõem.

TÍTULO VI

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

ARTIGO 109º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Descentralização da Gestão e Patrimonial,

Justificativa -> Facilitar a execução orçamentária e fortalecer a gestão patrimonial no âmbito da administração pública, promovendo a alocação mais eficiente dos recursos públicos e o aprimoramento dos processos de gestão. Dessa forma, busca-se atender de maneira mais eficaz e estratégica às demandas regionais, contribuindo para a efetividade das políticas públicas e o cumprimento das metas institucionais."

ARTIGO 110º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

() Alteração

(X) Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Cabe flexibilização no texto para possíveis usos parciais dos bens e espaços da Universidade a fim de obtenção de recursos financeiros?

Justificativa -> A flexibilização do artigo 110 para permitir usos parciais dos bens e espaços da Universidade pode representar uma importante estratégia para diversificar fontes de recursos financeiros, contribuindo para o fortalecimento institucional e a ampliação de atividades acadêmicas e sociais. Tal medida deve ser cuidadosamente regulamentada para garantir a preservação do patrimônio público, a continuidade das finalidades educacionais e a transparência na gestão dos bens, assegurando que a exploração parcial não comprometa o uso prioritário pela comunidade universitária.

TÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

ARTIGO 114º

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(**X**) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Nova redação do At. 114, suprimindo os termos “estrangeiras” e “de professores”:

Art. 114. A Universidade articular-se-á com instituições nacionais e internacionais para intercâmbio e outros propósitos relacionados com seus objetivos e funções.

Justificativa -> A nova redação amplia o alcance das parcerias da Universidade, incluindo instituições tanto nacionais quanto internacionais, sem restringir o intercâmbio apenas a professores ou a instituições estrangeiras. Isso favorece maior diversidade e flexibilidade nas cooperações acadêmicas e administrativas, fortalecendo a internacionalização e o desenvolvimento institucional de forma mais ampla e inclusiva.

ARTIGO 115º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Verificação do percentual de 70%.

Justificativa -> Verificar se, diante das propostas de ampliação de assentos destinados aos TAE's e da previsão de ocupação de Pró-Reitorias por TAE's, a proposta original mantém sua coerência e viabilidade.

ARTIGO 116º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

Alteração

Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Nova redação do Art. 116, alterando os trechos “docente mais antigo no seu magistério” e “mais idoso”:

Art. 116. Nas eleições da Universidade, havendo empate, ter-se-á por eleito, entre os de igual antiguidade, o servidor mais antigo na instituição.

Justificativa -> A nova redação promove maior igualdade e inclusão ao eliminar distinções baseadas na categoria (docente) e na idade, valorizando exclusivamente o tempo de serviço na instituição. Isso evita critérios discriminatórios, respeita princípios constitucionais de igualdade e impessoalidade, e assegura critérios objetivos e claros para desempate nas eleições.

ARTIGO 118º

Qual a ação a ser realizada?

Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Nova redação do Parágrafo único do Art. 118, alterando os trechos “decorridos mais de 60 (sessenta) dias do” e “respectivos”:

Parágrafo único. Ao fim dos mandatos acima mencionados, sem que tenha sido feita a escolha pelas respectivas representações, cabe à Reitoria fazer a indicação pro tempore do representante até que seja efetivada na forma prevista no caput deste artigo para não comprometer o regular funcionamento dos colegiados da Universidade.

Justificativa -> A nova redação visa garantir a continuidade e o funcionamento regular dos colegiados universitários, eliminando prazos fixos que podem atrasar a recomposição das representações. A indicação pro tempore pela Reitoria assegura uma solução imediata e provisória, prevenindo descontinuidade nos processos decisórios da Universidade e fortalecendo a gestão institucional.

ARTIGO 118-Cº

Qual a ação a ser realizada?

() Exclusão

(X) Alteração

() Questões Novas/Inovações

Síntese do debate:

Sugestão -> Nova redação do Art. 118-C, com ajustes no texto:

Art. 118-C. A posse do docente, a partir da vigência da Lei nº 12.722, de 28 de dezembro de 2012, far-se-á, obrigatoriamente, na classe A, com denominação de Professor Assistente, independentemente da data do edital do respectivo concurso.

Justificativa -> A alteração adequa o Estatuto à Lei nº 12.722/2012, garantindo uniformidade e segurança jurídica no ingresso do corpo docente. Isso evita interpretações conflitantes relativas à data do concurso e promove transparência e padronização na nomeação, alinhando a Universidade às normativas federais vigentes.

ANEXO

ESTRUTURA DE COORDENAÇÕES DOS CAMPUS, DE SOBRA, DE QUIXADÁ, DE RUSSAS E CRATEÚS E DOS INSTITUTOS DE CIÊNCIA DO MAR (LABOMAR), DE CULTURA E ARTE (ICA), DE EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTES (IEFES) E UNIVERSIDADE VIRTUAL (UFC VIRTUAL).

X - CAMPUS DE SOBRAL

Sugestões de Novos ACRÉSCIMO:

Acrescentar as seguintes coordenações:

Coordenação do Curso de Graduação em Finanças

Coordenação do Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Biotecnologia

Coordenação do Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ciências da Saúde

Coordenação do Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Engenharia Elétrica e da Computação

Coordenação do Curso de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Saúde da Família

Coordenação do Curso de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas